



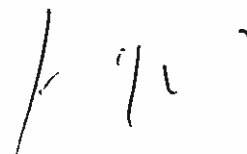
Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

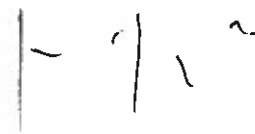
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO
SEGUNDO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Joaquim Campos. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Manifestou-se inicialmente o vereador Fernando Carneiro e reportou-se à operação da Polícia Federal, que ocorria em cinco estados, investigando desvios de dinheiro da área da Saúde. Recordou que havia alguns meses o governo do Pará já fora alvo dessa investigação, inclusive com a busca e apreensão no Palácio Lauro Sodré, na residência do governador e na residência do então secretário de Saúde, senhor Alberto Beltrame, sendo encontrado, na casa do secretário adjunto de gestão administrativa de Saúde, Peter Cassol, um cooler contendo 750 mil reais. Agora estava sendo realizada uma nova operação da Polícia Federal e da Controladoria Geral da União - CGU, com o cumprimento de 54 mandados de prisão, sendo 47 deles no estado do Pará, continuou. O governo do estado soltou uma nota meramente protocolar dizendo apoiar as investigações, opinou, mas seria necessário, além disso, que o governador Hélder Barbalho esclarecesse os fatos envolvidos nesta investigação e na anterior, pois já houvera tempo suficiente para isso. Seria preciso explicar a origem dos 750 mil reais encontrados anteriormente, apontou. Fez notar que governo não é empresa, não auferir lucros, e todos os recursos de que dispõe vêm dos impostos exorbitantes, que incidem principalmente sobre os mais pobres. Portanto, prosseguiu, todo recurso público deveria ser usado com transparência e em benefício da população. O governo estadual deveria ser proativo e explicar, mostrando se houve ou não desvio de recursos públicos, estabeleceu. Pediu depois ao líder do governo ou ao presidente da CMB esclarecimentos sobre denúncia, recebida através da *internet*, de que as crianças que não voltassem às aulas presenciais nas escolas municipais de Belém, para usufruir o direito à merenda, deveriam ser levadas à unidade de ensino pelos pais, onde entrariam sozinhas para consumi-la e depois voltariam para casa. Confessou não ter acreditado que isso fosse verdadeiro, pois seria uma medida muito estúpida e incoerente, ajuizou. Em aparte, manifestou-se a vereadora Professora Nilda Paula. Pronunciou-se depois o vereador Mauro Freitas e noticiou o lançamento de sua candidatura à reeleição, em evento ocorrido no domingo anterior na casa de *shows* Curral do Parque, no Entroncamento. Expressou ter sido um momento muito especial, agradecendo à direção do estabelecimento, às lideranças, aos servidores desta Casa e à população que lá esteve o apoio recebido. Isso lhe dava o combustível para iniciar bem uma campanha eleitoral que, apesar de curta, durando somente 45 dias, seria pesada, pontuou. Os vereadores que tentavam a reeleição teriam que manter seu trabalho na CMB, participar das sessões parlamentares, atuar junto ao poder público e às comunidades e ainda fazer a campanha, estando em desvantagem em relação aos demais candidatos, avaliou. Apesar disso, externou, acreditava que os membros deste parlamento estavam próximos à reeleição porque trabalharam muito em prol da cidade durante estes quatro anos. Contou depois ter recebido a visita de um professor e suas duas jovens filhas, com idades de 18 e 19 anos, e perguntado a elas em quem votariam recebeu como resposta que pensavam em votar em Edmilson Rodrigues. Dissera-lhes então que Edmilson Rodrigues fora condenado em processo por improbidade administrativa. Com isso, retomou, elas pediram que lhes desse um motivo para votar em Thiago Araújo. Respondera-lhes que Thiago não era corrupto, como a maioria dos demais candidatos, era natural de Belém, enquanto outros nem sequer eram paraenses, mas corria o risco de não chegar ao segundo turno por ser jovem demais, o que era um pecado em nosso país. Em aparte, manifestou-se o vereador Rildo Pessoa. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Assumiu então a presidência da Mesa o vereador Dr. Elenilson. Pela liderança do MDB, Joaquim Campos externou que a bancada do MDB na CMB não tinha responsabilidade pelos problemas enfrentados pelo governo estadual no que tangia às investigações da Polícia Federal sobre desvios de recursos da área da Saúde. Se porventura algum secretário de estado estivesse envolvido em corrupção, deveria responder por isso na Justiça, declarou. Em aparte, manifestou-se o vereador

Sargento Silvano. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Êmerson Sampaio. Pela liderança do PSDB, Nehemias Valentim discorreu que a ação da Polícia Federal no Pará assustava, mas também acalentava aqueles que queriam ver um estado, um país, e uma cidade menos corrupta. Criticou o dito "Rouba, mas faz" julgando-o parte de certa cultura popular permissiva e condescendente com a desonestidade, levando o povo a votar em ladrões. Como resultado, aduziu, a corrupção continuava. Esclareceu não estar prejulgando ninguém, mas as investigações mostraram que grande parte dos políticos brasileiros estava envolvida em falcaturas e isso não poderia ser sonogado. A devassa chegou ao Pará e componentes do governo estadual estavam sendo presos, aditou. Lastimou que muitos homens públicos condenados em primeira instância continuassem a aparecer como santarrões perante a sociedade. Outros, no país afora, foram condenados em segunda instância e continuavam a ocupar os cargos, mantendo seus mandatos no Senado e na Câmara dos Deputados, lamentou. Expressou não acreditar que um juiz condenasse alguém sem fundamentação. Em muitos casos, a condenação é exarada, a multa é aplicada, mas o condenado recorre, referiu. Expôs ter o maior respeito pela juventude, mas pensou que o Brasil somente seria realmente renovado com pessoas que não compactuassem com a corrupção. Disse não ser compreensível que alguém, para obter um mandato, investisse mais que o dobro do montante que receberia durante os quatro anos de sua duração. Condenou a mentira, a safadeza, a calúnia, as falsas notícias divulgadas até mesmo nos jornais e a perseguição promovida nas redes sociais. Protestou depois contra a Unimed por ter se negado a fazer um plano de saúde para uma criança que estava criando, mas da qual ainda não tinha a guarda legal. Pela liderança do PSOL, Enfermeira Nazaré Lima notificou sobre os ataques que os servidores públicos municipais vinham sofrendo. Os funcionários públicos concursados têm direito à estabilidade e assim não estão expostos aos interesses dos gestores que entram e saem, lucubrou. Aqueles que ocupam postos de chefia - como diretor de hospital - geralmente não são concursados, exercem um cargo de confiança, prosseguiu. Muitos deles aproveitam-se da posição que têm para assediar moralmente servidores concursados, denunciou: como não podem demitir, utilizam-se do abuso de poder para humilhar e constranger muitos trabalhadores. Participou ter recebido queixas de pessoas que vêm sofrendo assédio moral, expondo estar alerta quanto a essas situações e avisando aos abusadores que estavam cometendo um crime. Denunciou também que os trabalhadores das unidades básicas de saúde não estavam recebendo água para tomar. Recordou ter sido aprovado recentemente neste parlamento um projeto, já tornado lei, obrigando que *shopping centers* e estabelecimentos similares disponibilizassem água potável para o consumo dos frequentadores. As empresas privadas são obrigadas a fornecer água potável, mas as unidades de saúde não estavam fornecendo, comparou, relatando não ter encontrado sequer bebedouros ao visitar uma delas. Assegurou aos servidores municipais da saúde, cujos salários estavam defasados desde 2017 e não tinham boas condições de trabalho, que em 2021 essa situação mudaria. Pela liderança da Oposição, Fernando Carneiro clamou às pessoas que não divulgassem *fake news* pela *internet* e não confiassem em candidatos que delas fizessem uso, alertando ser essa prática um crime. Observou que, por conta da modificação da lei eleitoral, não permitindo coligações, esta seria a eleição com o maior número de candidatos a vereador, havendo mais de mil candidatos à vereança em nossa cidade. A concorrência seria muito grande, constatou, manifestando a esperança de que ela fosse leal e propositiva. Sendo novamente candidato a vereador, frisou, faria de suas ações e de suas propostas a sua bandeira de luta, sem depreciar a imagem de ninguém e sem entrar na seara pessoal, pois o debate deve ser político. Exigiu da tribuna que as denúncias de desvio de dinheiro da saúde destinado ao combate à pandemia fossem investigadas até o fim pela CGU e pela Polícia Federal porque isso envolvia recursos públicos, esclareceu. Do mesmo modo criticava o asfaltamento desnecessário das principais vias da cidade, ao custo de mais de 190 milhões de reais, enquanto as ruas da periferia permaneciam sem pavimentação adequada, acrescentou, gastando-se dinheiro público sem consultar a população. Todo gestor precisa entender, advogou, que os recursos da Prefeitura não pertencem ao prefeito e o povo deveria ser consultado a respeito de sua utilização. Os moradores do bairro da Pratinha, repercutiu, reivindicavam o funcionamento diuturno da unidade de saúde lá existente, tal como ocorria na gestão de Edmilson Rodrigues. Atestou apoiar essa demanda por se tratar, em verdade, de um direito que foi sequestrado pelas gestões municipais posteriores. Reputou como vergonhoso, imoral e ilegal que os servidores municipais não tivessem reajustes salariais havia cinco anos e o prefeito Zenaldo Coutinho mantivesse o salário base de 827 reais. Advertiu não haver serviço público de qualidade sem a valorização dos funcionários públicos. Denunciou a ocorrência de assédio moral aos servidores municipais, avisando que isso ainda iria piorar, pois os funcionários que se manifestavam politicamente de forma contrária à atual gestão estavam sofrendo perseguição, havendo inclusive a verificação do conteúdo expresso em suas redes sociais. Empenhou seu apoio à luta dos servidores públicos pela valorização e contra o assédio moral. Recentemente, comentou, a Guarda Municipal de Belém – GMB completou 29 anos de existência, mas, infelizmente, nada havia a comemorar porque seus membros não eram valorizados pela atual gestão, sofrendo assédio permanente por parte do comando e da PMB. Finalizou seu pronunciamento manifestando sua solidariedade aos servidores e servidoras municipais de Belém e afirmando que tal situação poderia mudar com a devolução da cidade às mãos do povo. Assumiu em seguida a



presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas. Pela liderança do PP, Émerson Sampaio desejou sucesso aos demais parlamentares nesta campanha eleitoral. Durante o mandato, julgou, foram construídas relações de amizade e de discordância entre os vereadores, mas sempre se manteve o respeito. Divulgou que, no dia anterior, iniciara oficialmente sua campanha à reeleição, reiterando o pedido do vereador Fernando Carneiro de que durante a disputa eleitoral se mantivesse a civilidade. Recordou terem ocorrido neste parlamento, por muitas vezes, debates ferrenhos, mas tais embates se mantiveram no campo ideológico, por divergência de opiniões e de posição, pois os vereadores aprenderam a se respeitar mutuamente como pessoas, ponderou. Fez votos de que cada vereador fizesse uma campanha digna, limpa, e pudesse retornar a este parlamento, avaliando que a atual composição da CMB tem excelente qualidade, harmônica e com vereadores comprometidos. Anunciou apoiar a candidatura de Gustavo Sefer a prefeito de Belém, caracterizando-o como um jovem talentoso, trabalhador, dedicado e com grande força de vontade. Além de Edmilson Rodrigues, presumiu, duas candidaturas a prefeito com grande potencial de crescimento eram as de Cássio Andrade e de Gustavo Sefer. Asseverou que trabalharia muito para levar Gustavo Sefer ao segundo turno da disputa pela chefia do Executivo em nossa cidade, pois precisávamos de políticos jovens, com nova mentalidade e novos projetos. Disse que Belém era atualmente um grande lixão a céu aberto, sendo inescusável mudar a política tradicional, do faz tudo por todo mundo às vésperas da eleição, abandonando-se a cidade nos anos posteriores. Desejou novamente sucesso a cada um de seus pares, para que todos pudessem reassumir seus mandatos no início do ano seguinte. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Mauro Freitas pediu aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no Portal Roma News, intitulada "*Justiça obriga vereador Mauro Freitas a retirar propaganda eleitoral antecipada*". Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, o vereador Rildo Pessoa fez um requerimento verbal solicitando que se inserisse nos Anais da Casa seu pronunciamento destacando o fato de ter sido este o ano em que, devido à pandemia, mais faleceram servidores da CMB, externando seu pesar e solidarizando-se às famílias enlutadas. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Fez-se depois a leitura do requerimento do vereador Igor Andrade solicitando que se notificasse a Promotoria de Justiça do Consumidor desta capital para que esta tomasse providências e, caso fosse necessário, houvesse um procedimento investigatório criminal contra a Associação Paraense de Supermercados – Aspas e contra a Associação Brasileira de Supermercados – Abras com o intuito de investigar a prática de preços abusivos pelos supermercados de Belém. Fez o encaminhamento o vereador Igor Andrade. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais requerimentos disponíveis à apreciação da plenária, o presidente encerrou a Primeira Parte da Ordem do Dia e solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Entrou então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que "*Proíbe a cobrança de multa e/ou aplicação de qualquer penalidade aos usuários de estacionamento de estabelecimentos comerciais pela perda ou extravio do respectivo cartão e/ou tíquete*", constante no Processo nº 1263/19, de autoria do vereador Joaquim Campos. Na discussão, não houve oradores. Procedeu-se posteriormente à leitura do projeto. Encaminhou a votação o vereador Joaquim Campos e pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica. Findo este pronunciamento, tal proposição foi colocada em votação, sendo aprovada pela plenária. Posteriormente, manifestaram-se os vereadores Fernando Carneiro, Wilson Neto e Enfermeira Nazaré Lima. Em seguida, foram postos em votação o projeto e a emenda aditiva feita a ele, de autoria do vereador Fernando Carneiro, sendo aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado, com emenda, o projeto que "*Proíbe a cobrança de multa e/ou aplicação de qualquer penalidade aos usuários de estacionamento de estabelecimentos comerciais pela perda ou extravio do respectivo cartão e/ou tíquete*", constante no Processo nº 1263/19. Passou-se depois à discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto de lei que "*Estende aos estudantes de cursinho pré-universitário o direito à meia-entrada nas casas de espetáculos, shows e nos cinemas*", constante no Processo nº 2012/19, de autoria do vereador Celsinho Sabino. Fez-se a seguir a leitura do projeto. O vereador Celsinho Sabino pediu posteriormente Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Na discussão, manifestou-se o vereador Celsinho Sabino. Posto em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que "*Estende aos estudantes de cursinho pré-universitário o direito à meia-entrada nas casas de espetáculos, shows e nos cinemas*", constante no Processo nº 2012/19. Entrou em seguida em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que "*Denomina Travessa Antenor Vital Cantanhêde a atual Travessa Souza Franco, localizada no Distrito de Icoaraci*", constante no Processo nº 545/20, de autoria do vereador Marciel Manão. Na discussão, não houve oradores. A seguir, o vereador Wilson Neto pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária.



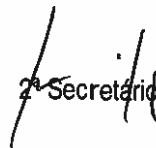
Fez-se depois a leitura do projeto. Posto em votação, este foi aprovado por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que "Denomina Travessa Antenor Vital Cantanhêde a atual Travessa Souza Franco, localizada no Distrito de Icoaraci", constante no Processo nº 545/20. Não havendo mais projetos em pauta passíveis de discussão e votação, o presidente Mauro Freitas encerrou a sessão às dez horas e quarenta e oito minutos. Estava licenciado o vereador Amaury da APPD. Justificou sua ausência a vereadora Simone Kahwage. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson e Marciel Mão, pelo Avante; Professor Elias e Gleisson Silva, pelo PSB; Bioco e Pablo Fara, pelo PL; Paulo Queiroz, Neném Albuquerque, Zeca Pirão, Joaquim Campos e John Wayne, pelo MDB; Celsinho Sabino e José Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Enfermeira Nazaré Lima e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Lulu das Comunidades, Professora Nilda Paula e Sargento Silvano, pelo bloco PSD – PTC; Moa Moraes, Mauro Freitas e Nehemias Valentim, pelo PSDB; Toré Lima, pelo Democratas; Wilson Neto, pelo PV; Rildo Pessoa, pelo PTB; Adriano Coelho e Henrique Soares, pelo PDT; Émerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 29 de setembro de 2020.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário